



‘Cê nem parece autista’. O movimento anticapacitista na literatura de mulheres autistas

Sílvia Ester Orrú

Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910-900, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: seorru@unb.br

RESUMO. As marginalizações do feminino pela história e cultura machista, bem como o determinismo biológico e a representação social estereotipada das mulheres com Transtorno do Espectro Autista demandam debate crítico para que possam ser (re)visitados pela comunidade médica e científica, por toda sociedade em geral, para uma desconstrução crítica e reparadora dos preceitos, preconceitos, discriminações, capacitismos e destinações subalternizadoras a que as mulheres com autismo foram sujeitadas desde a infância. No que diz respeito às mulheres com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista Nível 1 de Suporte (TEA N1), elas têm se destacado na luta do movimento anticapacitista sendo a literatura um terreno fértil de diálogo com a sociedade, uma vez que o hiperfoco em temas sociais dentre tantos outros assuntos, é ponte para uma escrita dinâmica, complexa e intensa. O propósito deste artigo é visitar a literatura de mulheres autistas que se configuram parte do movimento anticapacitista na sociedade contemporânea, destacando que o autismo também é uma questão de gênero tendo como base de discussão o referencial teórico feminista interseccional. Foram escolhidos três poemas das autoras brasileiras diagnosticadas com TEA N1 na idade adulta cujo hiperfoco se encontra na escrita poética: Letícia Mariana, Milena Moura e Jo Melo. Suas composições denotam o apreço pela arte de ler e escrever, criatividade, imaginação e criticidade, habilidades que suplantam as discriminações e depreciações do capacitismo.

Palavras-chave: mulheres autistas; autismo e gênero; machismo na ciência; capacitismo.

‘You don’t even look autist’. The anti-capacity movement in the literature of autistic women

ABSTRACT. The marginalization of the feminine by sexist history and culture, as well as biological determinism and the stereotypical social representation of women with Autism Spectrum Disorder demand critical debate so that they can be (re)visited by the medical and scientific community, by society in general, for a critical and restorative deconstruction of the precepts, prejudices, discrimination, ableism and subalternizing destinations to which women with autism have been subjected since childhood. With regard to women diagnosed with Autism Spectrum Disorder Level 1 Support (ASD N1), they have stood out in the fight of the anti-ableist movement, with literature being a fertile ground for dialogue with society, since the hyperfocus on social issues, among so many other subjects, is a bridge to dynamic, complex and intense writing. The purpose of this article is to visit the literature of autistic women who are part of the anti-ability movement in contemporary society, highlighting that autism is also a gender issue using the intersectional feminist theoretical framework as the basis for discussion. Three poems by Brazilian authors diagnosed with Autism Spectrum Disorder Level 1 Support in adulthood were chosen, whose hyperfocus is on poetic writing: Letícia Mariana, Milena Moura and Jo Melo. His compositions denote appreciation for the art of reading and writing, creativity, imagination and criticality, skills that overcome the discrimination and depreciation of ableism.

Keywords: autistic women; autism and gender; sexism in science; ableism.

Received on November 21, 2024.

Accepted on March 26, 2025.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é descrito pela literatura científica como um transtorno do neurodesenvolvimento que está presente na vida do sujeito desde a infância e que pode se manifestar em três níveis de comprometimento que demandam suporte: nível 1 (leve), nível 2 (moderado) e nível 3

(severo). O autismo é uma condição que afeta a pessoa em seu processo de interação social, em sua habilidade comunicativa, em seu repertório de interesses e atividades com a presença de comportamentos marcados por padrões repetitivos (American Psychiatric Association [APA], 2013, 2022).

O TEA está presente na vida de pessoas por todo o planeta, independentemente de sexo, gênero, cor, raça, etnia, geografia, crenças, condição socioeconômica ou status social. Embora o diagnóstico do TEA se repita por toda a parte, as pessoas com autismo (PcA) são únicas e elas não se repetem, cada uma tem sua própria vivência no autismo.

Em 2011 se estimava que o autismo se encontrava presente em cerca de 2 milhões de pessoas no Brasil (Paula et al., 2011). Em 2019 foi sancionada a Lei n. 13.861 (2019) com a inclusão de especificidades características ao TEA nos censos demográficos, de modo que em 2022 o Censo Demográfico do Brasil passou a conter questões com o objetivo de obter informações sobre a prevalência do TEA no país.

De acordo com os dados do *Center for Disease Control and Prevention* [CDC] (2023, p. 1), “Em cada 36 crianças de até 8 anos de idade foi identificada 1 criança com TEA em 2020 [...]”, segundo o rastreamento realizado em 11 comunidades dos Estados Unidos, ou seja, 2,8% da população. Em termos de estimativa proporcional deste estudo com relação à população brasileira, sugere-se haver no Brasil cerca de mais de 5 milhões de pessoas com autismo. Para os pesquisadores do *Center for Disease Control and Prevention* [CDC] (2023), o aumento da prevalência de casos de TEA diz respeito a avaliação diagnóstica qualificada que tem sido disposta as mais diversas camadas sociais da população.

Na década de 40 os estudos de Leo Kanner indicavam haver 1 caso de menina com autismo a cada 4 casos de meninos diagnosticados com autismo (Kanner, 1943). Atualmente, estudos apontam haver variações baseadas no gênero na manifestação do autismo a uma menor distância da prevalência entre homens e mulheres na vida adulta sendo de 1,8:1 a 2,57:1 (Simcoe et al., 2022), em média, para cada 4 meninos com autismo há 3 meninas com o mesmo diagnóstico. Um dos motivos para a diminuição desta diferença é que até pouco tempo a maioria dos estudos científicos priorizava o recrutamento de meninos e homens, mas agora os pesquisadores têm buscado a participação ativa das mulheres para o desenvolvimento das pesquisas.

Desde Kanner (1943) que os consensos da comunidade médica e científica têm se fundamentado nos ideais e noções masculinas sobre o TEA, conformando uma violenta negligência sobre as singularidades próprias das mulheres com autismo (McA) tanto em pesquisas como nos espaços da clínica. Esse acontecimento é decorrente do machismo na Ciência, uma vez que até meados dos anos 90, sequer reconheciam o sexo feminino em toda sua complexidade, singularidade e potência, de modo que as pesquisas em torno do masculino eram generalizadas para o feminino que, por sua vez, era inferiorizado e subalternizado (O’Connell et al., 1998). O feminino e a sexualidade feminina foram cativados na humilhação, no constrangimento, na inferioridade, na vergonha, no obscurantismo, na ignorância, na rudeza do machismo estrutural, na covardia e insciência do patriarcado enquanto “[...] regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens [...]” (Saffioti, 2015, p. 47), desde os primórdios da humanidade, tanto pela filosofia, pela religião, quanto pela política e pela Ciência masculina (Chassot, 2019). Para Almeida e Saffioti (1995, p. 83), “[...] todo machismo é violento [...]”, pois se trata de um sistema de opressão que favorece os homens enquanto inferioriza e subalterniza as mulheres de modo que “[...] o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres” (Almeida & Saffioti, 1995, p. 2).

Este entrave para com a subnotificação diagnóstica em meninas e mulheres com TEA decorre também em razão dos estudos e pesquisas sobre o autismo ainda se mostrarem duvidosos com relação a muitas questões consideradas complexas e recentes acerca de sua origem e que ainda é ponto de alto debate entre os estudiosos. Estudos publicados por autores renomados (Baron-Cohen & Hammer 1997; Baron-Cohen, 1999; Baron-Cohen, 2002) também evidenciam a negligência aos aspectos culturais centrados no homem, aos quais todos os meninos e meninas são inseridos e submetidos durante toda a vida, e atribui as diferenças à questão biológica atrelando os casos de diagnóstico de autismo e Síndrome de Asperger à formas extremas de cérebros masculinos.

Estudos recentes sugerem que os protocolos atuais para diagnóstico do TEA se mostram falhos, tendenciosos e desatentos em capturar a manifestação feminina do autismo, o que implica diretamente nas taxas mais baixas de prevalência e na crença habitual que as mulheres se encontram em risco reduzido de estarem na condição do TEA (Kirkovski et al., 2013; Lai & Baron-Cohen, 2015; Halladay et al., 2015; Ratto et al., 2018; Cook et al., 2021; Simcoe et al., 2022; Mccrossin, 2022). Para Duvekot et al. (2017) há características comportamentais individuais que afetam o diagnóstico de TEA de maneira diferente em meninas com relação aos meninos, o que corrobora na subidentificação do autismo em meninas.

Acerca da necessidade de um diagnóstico diferencial para meninas e mulheres com TEA que leve em conta as questões de gênero, percebe-se as seguintes singularidades, dentre outras: comportamento repetitivo e restrito são menos pronunciados em meninas; melhor capacidade comunicativa; apresentam habilidades compensatórias que as impedem de atingir o limiar clínico do diagnóstico; mostram-se mais propensas a se camuflar socialmente e a mascarar o seu autismo; possuem alta sensibilidade sensorial; comportamento complacente; maior capacidade de imitação de interações recíprocas genuínas; são mais suscetíveis a relacionamentos abusivos e violências físicas e, principalmente, psicológicas; costumam apresentar interesses restritos diferentes e que são mais aceitos socialmente (Duvekot et al., 2017; Asunción et al., 2018; Cook et al., 2021; Simcoe et al., 2022; Mccrossin, 2022). Entretanto, como consequência emocional devastadora da camuflagem e do mascaramento social do autismo, elas também têm sido diagnosticadas equivocadamente como primeira opção diagnóstica para transtorno de ansiedade generalizado, transtornos alimentares, problemas de saúde (gastrointestinais, cardíacos, neurológicos, condições imunes e autoimunes, endócrinas) sofrendo com sensibilidades sensoriais mais intensas, ideação suicida, automutilação e estresse pós-traumático (Sedgewick et al., 2021). Não menos importante, a própria cor escolhida para representar o TEA em nível planetário é a azul, ressaltando que se trata de uma condição majoritariamente masculina, reforçando os padrões binários de gênero.

De acordo com o estudo de Pereira e Souto (2019), as pesquisas fazem uso de amostragem predominantemente masculina, resultando em dados com características relativas ao ‘autismo masculino’. Neste ciclo de invisibilidade, menos meninas e mulheres são diagnosticadas com TEA, consequentemente, tais resultados são parâmetros para que outros pesquisadores e profissionais acreditem que há muito mais homens do que mulheres com TEA. As autoras também destacam as diferenças na manifestação do autismo no masculino para o feminino, conforme Tabela 1 que se segue:

Tabela 1. Diferenças entre autismo típico (masculino) e atípico (feminino).

Autismo Típico	Autismo Atípico
Empatia baixa	Hiperempatia
Gosto por leituras técnicas	Gosto por leituras ficcionais
Preferência por ciências exatas	Preferências por artes e o ensino de línguas
Interesses hiperfocados incomuns para neurotípicos	Interesses hiperfocados comuns para neurotípicos
Crises nervosas agressivas	Crises nervosas com choro
Apego a objetos	Apego a animais
Personalidade e aparência simples	Personalidade e aparência excêntricas
Dificuldade para imaginar histórias ficcionais	Facilidade para imaginar histórias ficcionais
Não imita comportamentos	Imita comportamentos sociais de maneira robotizada

Fonte: Pereira e Souto (2019, p. 1406).

A necessidade de fazer uso das estratégias de se camuflar socialmente e mascarar o autismo é uma forma como as McA (especialmente aquelas com nível 1 de suporte – TEA N1) encontraram de sobreviver diante da acidez de nossa sociedade altamente tóxica e patriarcal. Após uma jornada de sofrimento psíquico durante a infância e a adolescência, com diagnósticos equivocados e sendo concebidas como inadequadas ou desequilibradas, muitas mulheres adultas têm buscado avaliações com profissionais da saúde mental qualificados no conhecimento do TEA e sobre como ele se manifesta no feminino. Ao receberem o diagnóstico de TEA, lamentavelmente, muitas ainda vivem a invalidação de seu diagnóstico por outros profissionais, por colegas de trabalho, familiares e conhecidos, sendo comum ouvirem a frase: ‘Ah, mas você nem parece autista! Você é perfeita!’, espelhando o capacitismo que frisa com preconceito e discriminação que uma pessoa não é capaz de algo em razão de sua condição, de sua deficiência, o que a torna imperfeita (Campbell, 2009). Por meio do capacitismo é que McA são inferiorizadas; menosprezadas; oportunidades de educação e trabalho lhe são negadas; suas habilidades e potenciais não são reconhecidos e valorizados; suas prioridades de acessibilidade são negligenciadas; sua diferença não é aceita e seus limites não são respeitados, faltando empatia, apoio e generosidade pela outra parte, por esse outro que se amuralha.

As marginalizações do feminino pela história e cultura machista, bem como o determinismo biológico e a representação social estereotipada das mulheres com TEA demandam debate crítico para que possam ser (re)visitados pela comunidade médica e científica, por toda sociedade em geral, para uma desconstrução crítica e reparadora dos preceitos, preconceitos, discriminações, capacitismos e destinações subalternizadoras a que as McA foram sujeitadas desde a infância.

O objetivo deste artigo é visitar a literatura de mulheres autistas que se configuram parte do movimento anticapacitista na sociedade contemporânea, destacando que o autismo também é uma questão de gênero. Foram escolhidos 3 poemas de autoras brasileiras diagnosticadas com TEA N1 na idade adulta cujo hiperfoco se encontra na escrita poética: Letícia Mariana, Milena Moura e Jo Melo. Suas composições denotam o apreço pela arte de ler e escrever, criatividade, imaginação e criticidade, habilidades que suplantam as discriminações e depreciações do capacitismo.

‘Cê nem parece autista’: por uma literatura anticapacitista

O apagamento e o silenciamento das mulheres na cultura e na sociedade como protagonistas de suas próprias histórias é um acontecimento histórico marcado pelo sistema patriarcal que se revela na roupagem machista nos mais diversos e distintos espaços sociais. O fio de corte do machismo atravessou o protagonismo feminino nas ciências, nas revoluções, nas políticas, nas lideranças, no ensino, na academia, nos movimentos ativistas, nos monastérios e, inclusive, nas artes e na literatura.

No que diz respeito às questões de gênero e deficiência em uma perspectiva feminista sobre o modelo social da deficiência revisto entre os anos 90 e 2000 pela segunda geração de estudiosos desse campo do conhecimento, Débora Diniz elucida:

Foram as teóricas feministas que, pela primeira vez, mencionaram a importância do cuidado, falaram sobre a experiência do corpo doente, exigiram uma discussão sobre a dor e trouxeram os gravemente deficientes para o centro das discussões – aqueles que jamais serão independentes, produtivos ou capacitados à vida social, não importando quais ajustes arquitetônicos ou de transporte sejam feitos. Foram as feministas que introduziram a questão das crianças deficientes, das restrições intelectuais e, o mais revolucionário e estrategicamente esquecido pelos teóricos do modelo social, o papel das cuidadoras dos deficientes. Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o significado da transcendência do corpo para a experiência da dor, forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado. Foram as feministas que passaram a falar nos ‘corpos temporariamente não-deficientes’, sugerindo a ampliação do conceito de deficiência para condições como o envelhecimento ou as doenças crônicas. Diferentemente dos teóricos do modelo social, muitas feministas não hesitaram em por lado a lado a experiência das doenças crônicas e das lesões, considerando-as igualmente como deficiências. Por fim, foram as feministas que mostraram que, para além da experiência da opressão pelo corpo deficiente, havia uma convergência de outras variáveis de desigualdade, tais como raça, gênero, orientação sexual ou idade. Ser uma mulher deficiente ou ser uma mulher cuidadora de uma criança ou de um adulto deficiente era uma experiência muito diferente daquela descrita pelos homens com lesão medular que iniciaram o modelo social da deficiência. Para as comunidades de deficientes, os teóricos do modelo social da deficiência eram membros da elite dos deficientes e suas perspectivas teóricas reproduziam esta marca cega (Diniz, 2003, pp. 3-4, grifo do autor).

No caso da McA, os dispositivos de silenciamento permanecem sendo robustos e aniquiladores de sua identidade e fala subjetiva. As tentativas das ciências da saúde em normalizar o indivíduo visam à homogeneização dos sujeitos diferentes entre seus pares, imperando o binômio normal e anormal na esfera de uma sociedade altamente adoecida mas que busca a saúde de forma patogênica (Foucault, 1987). Em tal contexto, o corpo é alvo de barbáries excludentes e sofre com a iatrogênese cultural que se mostra reducionista e aniquiladora das potencialidades subjetivas das pessoas que fogem ao padrão social estabelecido como normal (Illich, 1975). Neste sentido, a supervalorização do diagnóstico médico tem se destacado nos processos iatrogênicos que evidenciam regularmente os déficits e o que falta no indivíduo em detrimento daquilo que ele é como ser humano. Consequentemente, o capacitismo, termo surgido nos Estados Unidos entre a década de 60 e 70, impera como uma construção social de um corpo padrão concebido como normal, sobre o qual toda forma de preconceito, discriminação e subestimação se fazem presentes em relação às pessoas com deficiência como sendo seres inferiores e incapazes em suas habilidades (Campbell, 2009).

As McA comumente vivenciam difíceis experiências com o capacitismo da sociedade em razão de sua neurodivergência, muitas vezes acompanhado pela misoginia, sexismo, racismo, homofobia, etarismo, aporofobia dentre outras discriminações sociais que as colocam em uma existência interseccional que impacta drasticamente em sua identidade, em sua relação com a sociedade, bem como no usufruir de seus direitos humanos fundamentais. Nascido do movimento feminista das mulheres negras (Akotirene, 2018), o conceito de interseccionalidade também abraça as McA e é chave de denúncia das rudezas e invisibilidade sofridas por elas, inclusive do esquecimento dos movimentos feministas em as acolher em luta pelos seus

direitos que podem demandar a elaboração de outros direitos ainda não construídos e implementados nas políticas públicas para o acesso aos direitos humanos/aos direitos das mulheres. Neste prisma, percebe-se que são múltiplas as lutas das McA ao fazerem sua travessia sob alta pressão social delineada pelo capacitismo e todas as possíveis derivações da misoginia.

Atualmente, vê-se um despertar e um despontar de McA nível 1, 2 e 3 de suporte expressando seus sentimentos, seus desejos, suas angústias, suas denúncias, suas lutas e, especialmente, suas profundas reflexões pela arte e literatura. É por meio da escrita que a fala de McA que oralizam ou não, têm se frutificado e suas vozes têm ocupado lugares sociais de maior visibilidade. Embora esses lugares ainda sejam predominantes nas redes sociais e de escassa notoriedade em espaços e posições sociais de privilégio, essas mulheres têm protagonizado um movimento revolucionário de luta, desbravando outros modos de ser, estar, fazer e transformar a sociedade para serem vistas, lidas e ouvidas. Para tanto, a literatura é recurso marcante em combate ao capacitismo contra as McA assim como poemado por Letícia, Milena e Jo.

Letícia, a mulher que sente

Letícia Mariana, mulher de pele clara, nascida no ano 2000 no Rio de Janeiro, diagnosticada com TEA N1, é uma jovem escritora com 5 livros publicados, também é palestrante, criadora de conteúdo digital, estudante e jornalista em formação. Em seu livro *‘Não temo o meu morrer poético’* publicado em 2023, ela exprime o seu ‘sentir mulher’ que se movimenta em diferentes lugares entre si mesma e o outro social, revelando os percalços da submissão patriarcal, da violência que domestica, do controle dos corpos e da sexualidade, de seu ato de escrever como mulher que sente o peso social sobre o feminino.

‘Mulher que sente’

Escrevo meu feminino,
Meu feminista,
Meu eu submisso,
Meu ser que sente!
Escrevo fortaleza,
Meu jovial segredo,
Meu libertar de anciã,
Minha bruxa e donzela,
De ser mais de uma!
Mulher que sente por sentir,
Por amar,
Por ferir!
Escrevo como tal carne,
Que já fora exposta,
Que já foi domesticada,
Que fora o que não é.
Não sei mais o que me prende na Terra,
Sei do que me fizeram.
(Mariana, 2023, p. 58).

Ao enunciar “[...] escrevo meu feminino, meu feminista, [...] escrevo como tal carne, [...] que já foi domesticada, que fora o que não é, [...] sei do que me fizeram” (Mariana, 2023, p. 58), a autora se coloca na condição de mulher que (re)conhece o poder de uma sociedade formada e dominada por homens que como sujeitos de poder produziram um não-sujeito mulher que existe como objeto de subserviência ao próprio homem. Na perspectiva feminista crítica de Judith Butler, não há um sujeito mulher universal da mesma forma que não há uma única estrutura de opressão, não há uma identidade fixa, invariável e imutável de mulher, na realidade, “[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas [...]” e “[...] resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (Butler, 2018, p. 17, grifo do autor).

No contexto deste artigo, é também impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais adjuntas à condição neurodivergente do autismo que também se encontra normatizada e colonizada pelas noções masculinas que construíram a Ciência e suas evidências científicas que, ao longo das décadas, vai se mostrando tão vulnerável às intempéries do tempo tal como o próprio ser humano o é. Assim, a McA é oprimida por pelo menos dois elementos interseccionais: de gênero por ser mulher e por sua condição de autista. Se considerarmos que no Brasil a maioria dessas mulheres se encontra nas classes

sociais mais pobres, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a pobreza, enquanto falta de recursos para suprimento das necessidades básicas do ser humano, constitui-se o terceiro elemento interseccional de opressão e subalternização da McA. Neste cenário, esta mulher é oprimida e silenciada pela tríade colonialismo, patriarcado e capitalismo em múltiplos campos do conhecimento (história, sociologia, antropologia, filosofia, pedagogia, psicologia) de maneira a impactar agudamente na percepção que a sociedade tem sobre a McA em razão dos muitos estereótipos produzidos pelo sexismo e pelo paradigma da normalidade/anormalidade, sendo o capacitismo um desses produtos na forma de um sistema estruturado de opressões baseado na crença de que as PcD são menos capazes, mais inferiores e menos dignas de oportunidades em razão de sua deficiência.

Milena, a mulher que resiste

Milena Martins Moura, mulher de pele clara, nasceu em 1986 no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Diagnosticada com TEA N1, é poeta, tradutora e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de autora de 3 livros publicados com presença em portais da internet, revistas e redes sociais. Para Milena, a pessoa neurodivergente não tem a obrigação de publicar conteúdos que tratem sobre essa temática, no entanto, quando se pronunciam a respeito, devem ser ouvidas (Iancoski, 2022).

Em seu livro *‘Orquestra dos inocentes condenados’* publicado em 2023, Milena traz à baila o sangue como exaltação política e social, como legitimação de superioridade e poder.

Escrever de caneta azul
É sangrar um poema nobre.
Eu, porém, filha do medo
Prefiro viver a lápis,
Completamente alheia ao fato
De que borrachas mancham a folha
Quando usadas no excesso
Dos meus arrependimentos.
(Moura, 2023, p. 24).

A ideia de sangue azul, emergida na França do século XIX, é uma referência ao sangue dos membros da nobreza que eram de pele claríssima sob a qual transparecia suas veias azuladas, de modo que seu sangue também era claro, translúcido e luminoso se comparado ao sangue vermelho, comum à maioria das pessoas (Jouanna, 2011). A nobreza em sua branquitude detinha o poder de todo o tipo de opressão e exploração sobre o restante da população em uma época de não-existência de direitos humanos e sociais. Contudo, embora estejamos rumo ao término da segunda década do século XXI, ocupar lugares de fala e posições sociais deliberativas, ainda é privilégio de poucos.

Em recordância à célebre reflexão teórica da indiana Gayatri Spivak, um marco para os estudos pós-coloniais e de gênero, permanece relevante questionar: os subalternos podem falar? (Spivak, 2010). O patriarcado, o colonialismo e o capitalismo constituem a tríade avassaladora de todos os processos diretos e indiretos de exclusão social, de forma que pelo sistema capitalista se impõe quem será ou não incluído, impactando radicalmente na história de vida das pessoas. A alta roda dominante que é sujeito nesta tríade, define quem será oprimido, dominado, marginalizado, subalternizado, classificado, apartado, segregado, silenciado, excluído, invisibilizado e extinto. À margem, as PcD, portanto, as McA, fazem parte desse escopo de opressões aniquiladoras e capacitistas advindas do ato colonizador desde o paradigma da normalidade/anormalidade que impõe as normativas sociais para as quais as PcA devem se ajustar por meio da normalização de seus comportamentos e forma de ser e estar no mundo até a exploração da deficiência, do autismo, como produto e nicho de mercado, especialmente nas áreas da educação e saúde por profissionais e empresas inescrupulosas que se beneficiam do sofrimento e mal-estar de quem é atravessado pelo TEA, sobretudo, valem-se de seus familiares.

A autora ao poemar “Eu, porém, filha do medo, prefiro viver a lápis [...]” (Moura, 2023, p. 24), ocupa seu lugar de sujeito, de protagonista que apesar do medo já experimentado por toda forma de opressão, permanece existindo e vivendo em resiliência, mesmo não vertendo o sangue azul que tem o poder da caneta ao imprimir as ‘regras do pai’ (patriarcado) sobre a sociedade; mesmo vivenciando as angústias de seu próprio existir na interseccionalidade mulher/autismo, ela não se retira de seu lugar também habitado por sua escrita.

Trazendo à memória as palavras de Audre Lorde, escritora negra, ativista e feminista interseccional: “Eu não sou livre enquanto qualquer mulher não for livre, mesmo quando as suas algemas forem muito diferentes das minhas” (Lorde, 1984, p. 132-133, tradução nossa)¹. Neste sentido, releva-se a importância do movimento feminista interseccional no acolhimento das McA, para que não estejam e não se sintam sozinhas, para que a diferença não seja motivo de marginalização, mas sim de reconhecimento como valor humano inegociável, bem como suas dificuldades sejam respeitadas e suas habilidades sejam potencializadas.

Jo, a mulher que imerge

Joice Souza Melo, mulher negra, conhecida como Jo Melo, nasceu em 1988 na cidade de São Paulo e foi diagnosticada com TEA N1 aos 34 anos de idade. Formada em Letras com habilitação em Português/Espanhol e pós-graduada em Comunicação e Marketing Digital, tem 6 livros publicados, além de diversos textos presentes em revistas e portais eletrônicos. Em 2023, seu livro ‘Hipérboles’ (Melo, 2022), foi vencedor do VIII Prêmio Talentos Helvéticos-Brasileiros, ocorrido em Genebra, Suíça, como forma de reconhecer e homenagear pessoas que contribuem para a cultura, literatura e outras esferas da sociedade.

O estereótipo do TEA originou o mito que autistas não têm sentimentos e é neste estigma que se dilata o capacitismo de que as PcA não são capazes de amar e de expressar seus sentimentos, suas sensações, suas percepções. O estigma, em suas variáveis, são gatilhos disparadores de tremenda discriminação social e sofrimento psíquico. Erving Goffman, renomado cientista social do século XX, elucida sobre o termo:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (Goffman, 1975, p. 12).

Todavia, uma das características comuns em PcA é a intensidade de sua sensibilidade sensorial. Como dizer que são insensíveis à realidade e a tudo que lhes cercam se essa experimentação do real beira ao insuportável de tanto sentir tudo o que se sente?

No poema ‘Hipérbole’ (Melo, 2024), Jo imerge e busca traduzir em palavras toda a intensidade que lhe toma e transborda em si, de si, para si e para os outros, por meio da sua escrita.

‘Hipérbole’
muito.
tudo.
demais.
um monte.
milhares.
milhões
de explosões.
transborda.
vaza.
molha.
inunda.
sente um tanto.
é hipérbole
e leva consigo a tudo e todos
numa enchente onde só quem tem fôlego
i m e r g e
e quem se salva,
se encanta...
ou foge (Melo 2024, p. 102).

Esse inundar de intensa sensibilidade ainda é concebido por muitas pessoas domesticadas pelos pré-conceitos capacitistas como algo dissociado da PcA. Por esta razão há quem se encante elevando a PcA a um lugar sobrenatural, onde sua humanidade é negada ao lhe atribuir a forma de anjo, ser especial, uma missão

¹ No original: *I am not free while any woman is unfree, even when her shackles are very different from my own.*

divina na Terra. Embora essa atribuição sobre-humana esteja popularmente atrelada ao afeto mais sublime, principalmente aquele advindo dos familiares, ela é em sua natureza, um discurso de negação da constituição dessa pessoa que é um ser humano com direitos humanos e sociais a usufruir e exercer, um ser humano com necessidades básicas e específicas que precisam ser respeitadas, garantidas e supridas pela sociedade em todos os contextos: jurídico, saúde, educação, segurança, moradia, trabalho, lazer. Ademais, para depois da infância, a figura celestial do Anjo Azul tende a ser sepultada a medida que a vida adulta vai se apropriando da realidade e espelhando a brutalidade do *apartheid* social em que vive grande parte dos adultos com TEA, especialmente aqueles em nível 3 de suporte.

Em outro ângulo, há aqueles que se aterrorizam com tamanha intensidade e expurgam qualquer possibilidade de vínculo com esta pessoa e fogem de seus corpos, de seus pensamentos, de suas dificuldades, de suas habilidades, de seus hiperfocos, de sua presença intensa mesmo que silenciosa, independentemente do nível de suporte que apresentem. Fogem para não serem inundados com aquilo que desconhecem e que os convida à transformação pessoal e social dos lugares que habitam, dentro e fora de si mesmos.

Lidar com a cultura do capacitismo entranhada no cotidiano social requer o imergir em uma profunda e permanente desconstrução pessoal e, por conseguinte, coletiva de costumes, políticas e ações preconceituosas e excludentes que se originam naquilo que é corriqueiro mas que se agigantam em processos velados e explícitos que são marginalizadores das McA. Não obstante, compreender que todos nós somos capacitistas em diversas circunstâncias também é imergir em um propósito de transformar a sociedade a partir de nossa própria transformação pessoal consciente e inundar nosso pensamento e atitude para a obra de uma outra sociedade possível, urgente e tão necessária para a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.

Considerações finais

O capacitismo em seu sistema de crença subestimador das Pessoas com Deficiência, é ato de preconceito e discriminação que promove o levante de inúmeros desafios e barreiras à participação ativa das Mulheres com Autismo na sociedade em seus mais diversos espaços e contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais.

Apesar da existência de um acervo legislativo e políticas públicas destinadas à inclusão das PcD (Brasil, 2008; Lei n. 12764, 2012; Lei n. 13.146, 2015), as McA em sua maioria ainda se encontram distantes de vivenciarem uma vida digna com equidade e justiça social, pois a desvalorização e a desqualificação de seus corpos e de suas habilidades são colossais e impactam diretamente em suas possibilidades e oportunidades de inclusão, principalmente quando relacionadas ao mercado de trabalho.

No que diz respeito às mulheres com diagnóstico de TEA N1, elas têm se destacado na luta do movimento anticapacitista sendo a literatura um terreno fértil de diálogo com a sociedade, uma vez que o hiperfoco em temas sociais dentre tantos outros assuntos, é ponte para uma escrita dinâmica, complexa e intensa. Nesta perspectiva é que a literatura poética das autoras Letícia, Milena e Jo contribui sobremaneira para o rompimento com o paradigma capacitista que sob os tentáculos misóginos do patriarcado, desdenha com ignorância o potencial da McA e não reconhece a legitimidade de seus direitos. Pela literatura elas ecoam suas vozes, enunciam seus desejos, denunciam os abusos sofridos, expressam seus sentimentos, ocupam seus lugares de fala quebrando os grilhões do silenciamento hostilizador.

‘Cê nem parece autista’ é pensamento privado e fala exacerbada do capacitismo que fulgura no corpo social que ora se assusta, ora se nega, ora se põe reativo à existência e resiliência das PCA, sobretudo das Mulheres com Autismo, estas que foram negligenciadas pela presença do machismo na Ciência, e que ainda permanecem sendo questionadas em seu diagnóstico por extrapolarem as noções masculinas que pautaram o TEA no século XX e que arrastam milhares de mulheres adultas, notoriamente aquelas com diagnóstico de TEA N1, que sobreviveram a inúmeros desafios sociais e demandas pessoais sem apoio médico, terapêutico, educacional, social, laboral, adequados à sua realidade e especificidades durante toda uma vida.

‘Cê nem parece autista’ ostenta um pseudo elogio que mascara a minimização brutal do que se acredita que uma McA é capaz de fazer, de se relacionar, de desejar, de Ser. É um chamamento ao não-ser quem se é, a permanecer camuflando suas dificuldades e mascarando ‘seu autismo’, encaixando qualquer possibilidade de potência às qualidades próprias de um personagem social normal, onde ser excêntrico é chique, mas ser autista é patológico.

Respeitar as limitações e valorizar as potencialidades, este é o caminho para erradicar as práticas capacitistas.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?*. Letramento.
- Almeida, S., & Saffioti, H. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Revinter.
- American Psychiatric Association [APA]. (2022). Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR. American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association [APA]. (2013). Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-V ed.). American Psychiatric Association.
- Asunción, M., Romero, R., Andrés, M., & Cerezuela, G. (2018). Influencia del sesgo de género en el diagnóstico de trastorno de espectro autista: una revisión. *Escritos de Psicología*, 11(1), 42-54. <https://doi.org/10.5231/psy.writ.2018.2804>
- Baron-Cohen, S. (1999). The extreme-male-brain theory of autism. In H. Tager-Flusberg, *Neurodevelopmental Disorders* (pp. 1-68). MIT Press.
- Baron-Cohen, S. (2002). The extreme male brain theory of autism. *Trends in Cognitive Sciences*, 6(6), 248-254. [https://doi.org/10.1016/S1364-6613\(02\)01904-6](https://doi.org/10.1016/S1364-6613(02)01904-6)
- Baron-Cohen, S., & Hammer, J. (1997). Is autism an extreme form of the 'male brain'? *Advances in Infancy Research*, 1(11), 193-217.
- Brasil. (2008). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Presidência da República.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campbell, F. (2009). *Contours of ableism: the production of disability and abledness*. Palgrave Macmillan.
- Center for Disease Control and Prevention [CDC]. (2023). *Community report on autism 2023*. Center for Disease Control and Prevention.
- Chassot, A. (2019). *A Ciência é masculina? É, sim senhora!*. Unisinos.
- Cook, J., Hull, L., Crane, L., & Mandy, W. (2021). Camouflaging in autism: a systematic review. *Clinical Psychology Review*, 89(1), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2021.102080>
- Diniz, D. (2003). Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, 1(28), 1-8. Duvekot, J., Ende, J. V., Verhulst, F. C., Slappendel, G., Daalen, E., Maras, A., & Greaves-Lord, K. (2017). Factors influencing the probability of a diagnosis of autism spectrum disorder in girls versus boys. *Autism*, 21(6), 646-658. <https://doi.org/10.1177/1362361316672178>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.
- Halladay, A. K., Bishop, S., Constantino, J. N., Daniels, A. M., Koenig, K., Palmer, K., Messinger, D., Pelphrey, K., Sanders, S. J., Singer, A. T., Taylor, J. L. & Szatmari, P. (2015). Sex and gender differences in autism spectrum disorder: summarizing evidence gaps and identifying emerging areas of priority. *Molecular Autism*, 6(36), 1-5. <https://doi.org/10.1186/s13229-015-0019-y>
- Iancoski, J. (2022). *Toma aí um poema lança antologia com poemas de escritores neurodivergentes*. <https://bitily.me/Ekvap>.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde. Nêmesis da medicina*. Nova Fronteira.
- Jouanna, A. (2011). O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França. *Tempo*, 16(30), 21-40. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042011000100002>
- Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 1(2), 217-250. Kirkovski, M., Enticott, P. G., & Fitzgerald, P. B. (2013). A Review of the role of female gender in autism spectrum disorders. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 43(11), 2584-2603. <https://doi.org/10.1007/s10803-013-1811-1>
- Lai, M., & Baron-Cohen, S. (2015). Identifying the lost generation of adults with autism spectrum conditions. *Lancet Psychiatry*, 2(11), 1013-1027. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(15\)00277-1](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(15)00277-1)
- Lei n. 12764, de 27 de dezembro de 2012. (2012). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764.htm
- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm

- Lei n. 13.861 de 18 de julho de 2019. (2019). Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113861.htm
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider: essays and speeches*. Crossing Press.
- Mariana, L. (2023). *Não temo o meu morrer poético*. Kindle.
- McCrossin, R. (2022). Finding the true number of females with autistic spectrum disorder by estimating the biases in initial recognition and clinical diagnosis. *Children*, 9(272), 1-18. <https://doi.org/10.3390/children9020272>
- Melo, J. (2022). *Hipérboles: afogo e transbordo em mim*. Viseu.
- Melo, J. (2024). *Os cinco sentidos: poemas para ouvir, tocar, cheirar, ver e sentir*. Patuá.
- Moura, M. M. (2023). *Orquestra dos inocentes condenados*. Primata.
- O'Connell, H. E., Hutson, J. M., Anderson, C. R., & Plenter, R. J. (1998). Anatomical relationship between urethra and clitoris. *The Journal of Urology*, 159(6), p. 1892-1897. Doi: 10.1016/S0022-5347(01)63188-4
- Paula, C., Ribeiro, S., Fombonn, E., & Mercadante, M. (2011). Brief report: prevalence of pervasive developmental disorder in Brazil: a pilot study. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 41(12), 1738-1742. <https://doi.org/10.1007/s10803-011-1200-6>
- Pereira, A., & Souto, V. (2019). *A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres* [Artigo completo]. Anais do 9º Congresso Internacional de Design da Informação da Sociedade Brasileira de Design da Informação, Belo Horizonte, MG. <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/9cidi/3.0294.pdf>
- Ratto, A. B., Kenworthy, L., Yerys, B. E., Bascom, J., Wieckowski, A. T., White, S. W., Wallace, G. L., Pugliese, C., Schultz, R. T., Ollendick, T. H., Scarpa, A., Seese, S., Register-Brown, K., Martin, A., & Anthony, L. G. (2018). What about the girls? Sex-based differences in autistic traits and adaptive skills. *Journal of autism and developmental disorders*, 48(5), 1698-1711. <https://doi.org/10.1007/s10803-017-3413-9>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. Expressão Popular.
- Sedgewick, F., Leppanen, J., & Tchanturia, K. (2021). Gender differences in mental health prevalence in autism. *Advances in Autism*, 7(3), 208-224. <https://doi.org/10.1108/AIA-01-2020-0007>
- Simcoe, S. M., Gilmour, J., Garnett, M. S., Attwood, T., Donovan, C., & Kelly, A. B. (2022). Are there gender-based variations in the presentation of Autism amongst female and male children? *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 53(9), 3627-3635. <https://doi.org/10.1007/s10803-022-05552-9>
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* UFMG.